

**AÇÕES, NÃO PALAVRAS! A LUTA PELO SUFRÁGIO
FEMININO NO FILME “AS SUFRAGISTAS”****DEEDS NOT WORDS! THE STRUGGLE FOR FEMALE SUFFRAGE IN THE MOVIE
“SUFFRAGETTE”**

DOI 10.5281/zenodo.8311702

Mônica Karawejczyk¹

Resumo: Este artigo tem como objetivo apresentar e analisar o movimento sufragista do início do século XX, perpetrado por uma associação feminina, o *Women's Social and Political Union*. As ações das militantes dessa associação foram consideradas como agressivas, mas acabaram influenciando outras associações no mundo ocidental e conquistando o direito ao sufrágio feminino no final da década de 1910 no Reino Unido. Para fazer esta análise nos baseamos na história narrada no filme “As sufragistas” (GB) de 2015 sem, contudo, ser a proposta deste artigo fazer uma apurada análise fílmica.

Palavras-chave: Filme histórico. Sufrágio feminino. Suffragettes. Sufragistas. Movimento Sufragista

Abstract: This paper aims to present and analyze the suffragist movement of the early 20th century, perpetrated by a women's association, the *Women's Social and Political Union*. The actions of the militants of this association, considered aggressive, but influencing other associations in the western world and winning the right to the feminine suffrage in the late 1910s in the Union Kingdom. To do this analysis we analyze the film "Suffragette" (GB) of 2015, without, however, being the purpose of this article to make an accurate filmic analysis.

Keywords: Historical movie. Female suffrage. Suffragetes. Suffragist. The Suffragist Movement.

Introdução

O movimento em prol da inclusão das mulheres ao direito de votar e ser votada, também conhecido como “movimento sufragista”, foi um dos primeiros movimentos femininos a receber a atenção da historiografia. Foi uma luta organizada por mulheres, quase todas brancas, letradas e pertencentes as camadas mais altas da sociedade e teve seu início, de forma organizada, em meados do século XIX. Nos mais variados países do mundo em que esta luta se desenrolou foi basicamente em busca de estender às

¹ Doutora em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Historiadora e membro fundador da Régia Consultoria Histórica. E-mail: karawejczyk@gmail.com

mulheres os direitos políticos que já eram concedidos aos homens, ou seja, elas procuravam participar das lides eleitorais, do campo político, nas mesmas condições que os homens do seu respectivo país. Como bem destaca Luís Felipe Miguel:

a desigualdade entre homens e mulheres é um traço presente na maioria das sociedades, se não em todas. Na maior parte da história, essa desigualdade não foi camuflada nem escamoteada; pelo contrário, foi assumida como um reflexo da natureza diferenciada dos dois sexos e necessária para a sobrevivência e o progresso da espécie. Ao recusar essa compreensão, ao denunciar a situação das mulheres como efeito dos padrões de opressão, o pensamento feminista caminhou para uma crítica ampla do mundo social, que reproduz assimetrias e impede a ação autônoma de muitos de seus integrantes (MIGUEL, 2014, p. 17).

Um dos grupos mais combativos e que ousou aplicar táticas mais ousadas e contundentes em prol de se estender o direito político para as mulheres foi o *Women's Social Political Union* (WSPU), grupo fundado em 1903, em plena era eduardiana, no Reino Unido, por Emmeline Pankhurst. As táticas aplicadas pelo grupo para chamar a atenção da sociedade do período para suas demandas foram as mais variadas, iniciando com a interrupção de discursos dos políticos com gritos de “voto para as mulheres” até a quebra de vidraças de lojas, protestos em teatros, danificando pinturas em museus, ocupando as ruas em manifestações que agregavam um número significativo de mulheres até o uso de bombas incendiárias em caixas de correio, tal como nos informa, Martin Pugh (2000) em um dos tantos livros dedicados a descrever esse movimento. Por conta da aplicação de tais táticas, o movimento sofreu forte e violenta repressão policial o que acabou levando a prisão de algumas de suas participantes gerando contundentes imagens na imprensa do período.

O filme “*As Sufragistas*”, produção da Grã-Bretanha, que estreou no ano de 2015, procurou narrar uma parte dessa história.² Já no seu lançamento ele recebeu o reconhecimento do *The Women Film Critics Circle Awards*³ e venceu nas categorias de

² *Suffragette* (GB), 2015, direção: Sarah Gavron, roteiro: Abi Morgan e produção Alison Owen e Faye Ward. 106 minutos. Elenco: Carey Mulligan, Helena Bonham Carter, Brendan Gleeson, Anne-Marie Duff, Ben Whishaw, Meryl Streep e outros.

³ Associação composta por mulheres envolvidas na mídia impressa, rádio, internet e televisão, criada no ano de 2004 nos EUA, com o intuito de dar uma perspectiva feminina na crítica cinematográfica.

melhor filme sobre mulheres, melhor filme feito por uma mulher, melhor atriz (Carey Mulligan), melhor imagem de mulheres em um filme, melhor elenco feminino além de receber menção especial de direção mais corajosa bem como o *prêmio Karen Morley* de melhor filme que retrata o lugar da mulher na história ou na sociedade, e sua busca corajosa pela identidade.⁴ O ator Brendan Gleeson, pela sua atuação, venceu na categoria Melhor Ator Coadjuvante do *British Independent Film Award*. Sendo que, no ano de 2016, o filme recebeu o *Prêmio do Cinema Europeu de Melhor Designer de Produção*.

Destaco que a premiada produção além da peculiaridade de ter sido dirigida, roteirizada e produzida por mulheres buscou retratar um momento da história do movimento sufragista bem particular e pouco conhecido do público brasileiro, a luta pelo sufrágio feminino empreendido pelas *suffragettes*, alcunha com que ficaram conhecidas as participantes do WSPU, uma entre as tantas associações femininas que reivindicavam o voto para as mulheres na Grã-Bretanha, no início do século XX.⁵

A produção e execução desse filme com um viés totalmente feminino contando uma parte da história da difícil conquista do sufrágio pelas mulheres, é um produto do seu tempo e da sociedade que o produziu. De uma época em que muito se fala de empoderamento feminino e feminismos. É época em que se busca as raízes históricas da exclusão das mulheres no poder público, do mundo da política, momento em que muito se discute sobre as desigualdades baseadas em gênero e raça.

Este texto busca assim, partindo da narrativa apresentada no filme, discorrer sobre o movimento sufragista do início do século XX, sem, contudo, ter a pretensão de fazer uma análise aprofundada nem metodológica nem analítica do filme em si, sua produção, nem da complexa linguagem envolvendo este tipo de material imagético. Busca-se tão somente dar visibilidade para o movimento sufragista *per si* baseado na abordagem narrativa apresentada no filme, que procurou construir uma narrativa

⁴ Informações disponíveis em: <<http://criticalwomen.blogspot.com.br/2015/12/women-film-critics-circle-awards-and.html>>

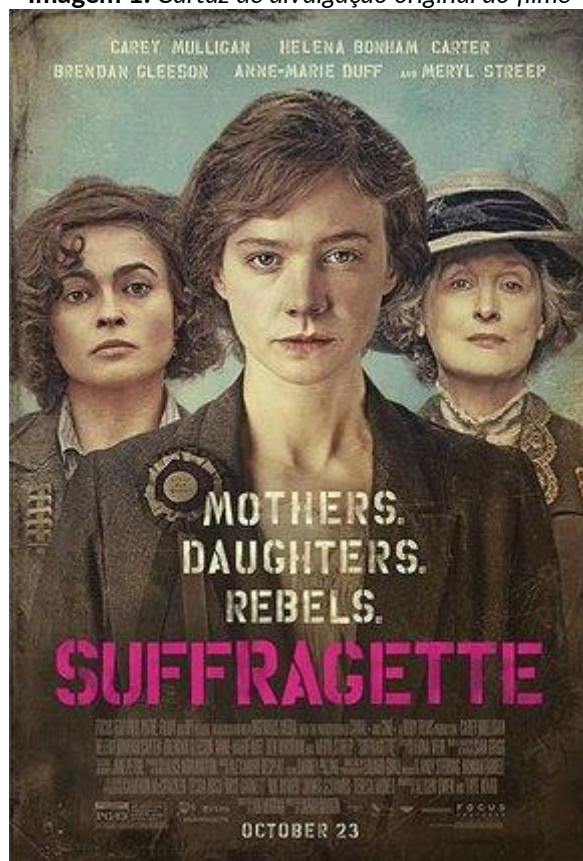
⁵ A diferenciação entre os movimentos e suas alcunhas será apresentado mais adiante.

histórica de parte do movimento sufragista e de um grupo particular de mulheres que fizeram parte do movimento.

O filme “As sufragistas” – alguns destaques

O filme “As sufragistas” é uma das poucas produções que chegaram ao Brasil cuja narrativa se centra na luta em prol dos direitos políticos femininos que ocorreu no Reino Unido, mas de modo quase concomitante em outras partes do planeta. Na imagem 1 podemos observar um dos cartazes de propaganda do filme com a imagem de três mulheres bem como dá destaque para as palavras, “Mães, filhas, rebeldes”, para as descrever.

Imagem 1: Cartaz de divulgação original do filme



Fonte: <<https://filmspot.pt/filme/suffragette-245168/>>

A história das mulheres foi por muito tempo invisibilizada podendo ser considerada como uma história que gerava pouco interesse de ser contada até meados

dos anos 1960, quando uma “revolução” historiográfica se fez presente. Segundo as palavras de Elisabeth Rago, desde então: “o fenômeno da invisibilidade das mulheres como sujeitos históricos [...] lacuna - de longa duração - vem sendo preenchida, graças aos esforços de pesquisadoras/escritoras/es, convencidos da necessidade desta reparação histórica” (RAGO, 2007, p. 23).

Nesse sentido é bom destacar que o filme “As sufragistas” é uma ficção baseada em eventos históricos e que buscou resgatar parte de uma história que culminou com a conquista do sufrágio feminino no Reino Unido. Nesse sentido, as palavras de José D’Assunção Barros, nos chama a atenção para o fato de que

o cinema [...] pode ser considerado hoje uma fonte primordial e inesgotável para o trabalho historiográfico. A partir de uma fonte fílmica [...] os historiadores podem apreender de uma nova perspectiva [...] a própria história do século XX [...]. De igual maneira [...] os historiadores políticos e culturais podem examinar os diversos usos, recepções e apropriações dos discursos, práticas e obras cinematográficas (BARROS, 2011, p.178).

Mônica Almeida Kornis, no mesmo viés de análise, salienta: “o filme pode tornar-se um documento para a pesquisa histórica, na medida em que articula ao contexto histórico e social que o produziu um conjunto de elementos intrínsecos à própria expressão cinematográfica” (KORNIS, 1992, p. 240). De modo que, se levarmos em consideração que, “por meio de um filme representa-se algo, seja uma realidade percebida e interpretada, seja um mundo imaginário livremente criado pelos autores de um filme” (BARROS, 2011, p.179), sem, contudo, esquecer que: “relatos não são atos inocentes de memória, mas tentativas de convencer, formar a memória de outrem” (HOBBSAWM, RANGER, 2002, p. 74), acredito ser válido nos utilizarmos de uma narrativa apresentada em um filme (com pretensões históricas) como uma abordagem historiográfica, ou seja, utilizar o filme como fonte de conhecimento sobre o período e a história retratada.

“As Sufragistas” pode ser enquadrado na categoria de *drama histórico* e procurou cativar o público através da narrativa contada pelas ações de uma jovem mãe pertencente a classe trabalhadora. A narrativa proposta pelo filme é baseada na tomada

de consciência dessa jovem trabalhadora do sistema que a oprime e a impede de participar do mundo político. A campanha em prol do sufrágio feminino que ocorreu naquele país, segundo as palavras de Diane Atkinson,

teve um enorme impacto na sociedade eduardiana em diferentes níveis e chocou ao contestar o papel feminino naquele momento. As mulheres demonstraram sua força em arrecadar fundos, na propaganda, na organização e nas acrobacias publicitárias. Além disso elas trabalharam duro e em total comprometimento com a causa. Elas também provaram ser corajosas, sem medo e dedicadas. Em 1914 a mensagem delas se espalhou por toda a parte; quatro anos depois a barreira sexual foi derrubada, e em 1928 todas as mulheres tinham direito ao voto (ATKINSON, 2010, p. xiii, tradução nossa).

E é, parte desta história, que a obra cinematográfica aqui apresentada procura elucidar. A diretora do longa, Sarah Gavron, descreveu a trama da história, com tais palavras:

é a história de Maud [interpretada por Carey Mulligan], uma lavadeira no East End de Londres, em 1912, que trabalha em condições horríveis. Um dia ela vai para o centro e testemunha um protesto no qual mulheres estão jogando pedras em uma vitrine, eram as suffragettes. Nesse ponto ela para, mas não sabe do que aquilo se trata. Depois uma colega de lavanderia, chamada Violet Miller [interpretada por Anne-Marie Duff], a introduz no movimento sufragista. No final, ela se torna uma militante completa, mas à custa de grandes sacrifícios, perde o trabalho e seu casamento (GAVRON, entrevista concedida à BUST, 22.fev.2016, tradução nossa).

A narrativa proposta no filme procurou despertar a empatia do público ao destacar a vida de algumas mulheres da classe trabalhadora que se submeteram à desaprovação familiar, que colocaram em risco sua integridade física e seus empregos, que se viram a mercê de ataques físicos, da perda da liberdade e até mesmo da morte, na sua luta em prol do direito de participar do mundo político. A ação da história narrada no filme se passa entre o ano de 1912, na cidade de Londres, e vai até meados de 1913, culminando com o funeral de uma das militantes, Emily Wilding Davison (personagem real), que é considerada a primeira mártir do movimento. O filme retrata, dessa forma, o período em que a militância esteve mais ativa e o governo na sua fase mais brutal.

Assim o enredo centra sua atenção em um período muito curto do movimento sufragista no Reino Unido, que durou mais de 50 anos. A história narrada no filme mostra a ação de um grupo específico de mulheres que participaram da luta e que ficou conhecido como “suffragettes”. Nesse sentido, uma ressalva deveria ter sido apresentada para o público brasileiro, afinal a tradução do nome original em inglês do filme de “Suffragette” para “As sufragistas” ocorrida no mercado de língua portuguesa foi equivocada, na minha opinião. Equivocada uma vez que na época em que se passa a trama do filme tais expressões designavam dois grupos diferentes. As *suffragettes* pertenciam ao grupo mais militante e agressivo que com o lema “Deeds not words” (Ações e não palavras) procurou fazer valer suas reivindicações e se fazer ouvir pelos parlamentares e pela sociedade através de métodos poucos ortodoxos. Elas praticaram a desobediência civil e provocaram uma reviravolta na forma como o movimento sufragista era considerado, ou seja, o grupo da WSPU, com a liderança de Emmeline Pankhurst (interpretada no filme por Meryl Streep e que apesar de constar nos cartazes de divulgação da obra pouco aparece na trama do filme). Por outro lado, as *sufragistas* eram as mulheres que solicitavam o voto com atitudes mais moderadas, tais como escrevendo para jornais, apostando em petições, solicitando o apoio de políticos e que adotaram táticas e métodos moderados sem violarem a lei ou a ordem pública. Um exemplo de associação de sufragistas, que aqui pode ser evocado, era o *National Union of Women’s Suffrage Societies* (NUWSS), ativo desde os anos de 1860, mas que a partir de 1897, com a direção de Millicent Fawcet passou a ser mais conhecido pela alcunha de “sufragistas constitucionais”. As *suffragettes*, tal como já apresentado, apostaram no uso de táticas não convencionais para fazer pressão junto às autoridades e chamar a atenção do público para as suas demandas.⁶ A obstinação do governo e do Parlamento em não dar ouvidos aos reiterados pedidos de voto para as mulheres as levaram a adotar táticas cada vez mais agressivas, sobretudo a partir de 1908, culminando com atos mais agressivos entre 1912 e 1913, como bem mostrado no enredo do filme.

⁶ Segundo Diane Atkinson (2010), a alcunha de *suffragettes* foi dada pelo jornal *Daily Mail*, no ano de 1906, com o intuito de as diferenciar das sufragistas do NUWSS.

Procuro, na medida do possível, no próximo item, destacar os conflitos e escolhas feitas para narrar, apresentar e traduzir a história, já centenária, da luta das *suffragettes*, para o público do século XXI.

As suffragettes na história, as suffragettes no filme

A cena inicial do filme mostra mulheres trabalhando em uma lavanderia, na cidade de Londres, e, sobreposto a tais imagens, ouvimos vozes de homens que discursam sobre a inferioridade feminina e dos motivos elencados para que elas não votassem no início do século XX. Tal discurso era muito utilizado à época e não só pelos políticos. Discursos médicos, estudos científicos e princípios religiosos eram invocados para justificar a exclusão feminina da cena pública, todos utilizando argumentos que salientavam: “a fraqueza do seu corpo e de sua mente; a divisão física da mão-de-obra, que as tornava aptas apenas para a reprodução e os afazeres domésticos; e as susceptibilidades emocionais, que as impeliam a excessos sexuais ou ao fanatismo religioso” (SCOTT, 2002, p.17-18). Como bem destaca Joan Scott:

os debates em torno do gênero procuravam explicar as diferenças entre os sexos invocando a ‘natureza’, e sempre buscaram perpetuar tais diferenças por meios legais. Por uma espécie de lógica circular, uma presumida essência, seja do homem, seja da mulher, acabou por constituir-se como justificativa para leis e atitudes políticas, quando, na verdade, essa ‘essência’ – histórica e contextualmente variável – não era senão um efeito das leis e das ações políticas (SCOTT, 2002, p.17).

Essa foi uma das barreiras que o movimento sufragista tentou ultrapassar, a barreira de gênero. Barreira que era um empecilho para as demandas do grupo. Segundo Ellen DuBois: “as/os feministas e antifeministas do século XIX compartilhavam a percepção de que a demanda pelo voto era o elemento mais radical no protesto feminino contra a opressão” (DUBOIS, 1998, p.31, tradução nossa). Ponto explorado na trama do filme e apresentado na construção da personagem principal da trama, Maud Watts, sua caracterização, descrita pela diretora do filme na época do lançamento, ressaltou o fato da personagem ter sido “inventada” especialmente para o filme, sendo ela: “uma composição de três diferentes mulheres [...], nós lemos [...] testemunhos de

mulheres trabalhadoras e, a partir deles, elaboramos a personagem. [...] Assim nos permitimos algumas licenças poéticas para colocá-la no meio da trama” (GAVRON, entrevista concedida à BUST, 22.fev.2016, tradução nossa). O ambiente de trabalho em que a personagem principal transita, uma lavanderia, também expõe o tipo de assédio moral e sexual que as mulheres estavam expostas no ambiente de trabalho, destacando a vulnerabilidade feminina em uma época na qual a classe trabalhadora vivia em uma condição de vida miserável e quase não possuía nenhum direito trabalhista.

O movimento em prol do sufrágio feminino, tal como já destacado, foi uma das primeiras lutas empreendidas pelas mulheres na busca do reconhecimento de seus direitos. Durante muito tempo o direito de votar foi entendido como um privilégio de poucos, e estes poucos sendo exclusivamente homens, brancos e possuidores de bens. Só em meados do século XIX é que a questão do voto universal começou a ser cada vez mais requisitada. Durante todo o século XIX, no mundo ocidental, de uma forma geral se negava sistematicamente às mulheres o acesso a recursos e a participação na esfera pública (KARAWEJCZYK, 2015, p. 611). Também chama a atenção de que as leis de cada país vetavam a participação das mulheres em qualquer negócio na esfera pública. Aos olhos da lei as mulheres casadas foram classificadas em uma categoria única e colocadas ao lado de outros grupos excluídos da vida jurídica (como crianças, insanos e criminosos). Os códigos de leis nacionais negavam as mulheres casadas (consideradas legalmente menores, sob a guarda do esposo a quem deviam obediência) o controle de suas propriedades e ganhos e davam a autoridade primária da família apenas ao marido (BORELLI, 2010). As solteiras, se menores dependiam legalmente dos pais, quando maiores são consideradas capazes do ponto de vista jurídico, mas não eram estimuladas a permanecerem solteiras, pois o estigma da solteirona, que até pouco tempo atrás era um “fantasma” na vida das mulheres, era um estigma presente na vida das que permanecessem solteiras (MAIA, 2011).⁷

⁷ A guisa de comparação destaco que, no Brasil, por exemplo, as restrições impostas às mulheres casadas somente são banidas da nossa legislação em 1962 com a lei nº 4.121, mais conhecida como Estatuto Jurídico da Mulher Casada. Até essa data as leis impediam uma mulher de aceitar herança ou de ter atividade profissional sem autorização formal do marido, o qual podia, a qualquer momento, suprimir sua aprovação (MARQUES, MELO, 2008).

A historiografia costuma veicular que, a partir de 1848, tem-se no mundo ocidental o “sufrágio universal”, contudo esse ainda era um sufrágio, de fato, restrito aos representantes masculinos. O que o tornava “universal”, na época, era a ausência da barreira censitária, proporcionando a um número muito maior de *homens* na França o direito de escolher seus representantes e participar mais ativamente do mundo político. Para Christine Stansell,

A grande importância dada aos cidadãos do sexo masculino, cujos laços fraternos uniam a nação revolucionária, deixou um enorme problema para a democracia moderna – embora, na época, passasse despercebida. E sobre as mulheres, as aspirantes a políticos? Poderiam elas juntar-se à fraternidade dos cidadãos? Certamente elas, sendo humanas, também tinham um direito natural à liberdade e à igualdade? (STANSELL, 2010, p. xv, tradução nossa).

A resposta dada pelos revolucionários franceses, na época em questão, foi uma grande negativa, pois as mulheres não foram consideradas aptas para serem eleitoras. Anne Verjus bem resume o que ocorreu nesse momento ao definir que:

é somente a partir da época em que se instala essa cidadania política masculina que se pode e, de fato, se começa a pensar a situação política das mulheres como uma exclusão; até então [...] elas haviam sido situadas, de preferência, em uma exterioridade, fruto de uma *não inclusão* e não tanto de uma rejeição por causa de seu sexo (VERJUS, 2005, p. 431).

A barreira imposta para a participação feminina no mundo político passou a ser quase intransponível, pois era baseada na diferenciação sexual. Joan Scott assim a define: “quando se legitima a exclusão com base na diferença biológica entre o homem e a mulher, estabelecia-se que a ‘diferença sexual’ não apenas era um fato natural, mas também justificativa ontológica para um tratamento diferenciado no campo político e social” (SCOTT, 2002, p. 26). A *não inclusão* feminina no mundo político, justificada somente pela diferença sexual, fez com que surgisse um movimento contestatório dessa situação e, aos poucos, foi surgindo, no mundo ocidental, grupos de mulheres buscando o reconhecimento de sua cidadania política e exigindo igualdade de direitos com os homens. Tais grupos femininos tomaram feições variadas ao longo do tempo e dos

lugares em que surgiram. No Reino Unido, foco do filme aqui analisado, foi mais radical e beligerante do que em outras partes do mundo, bem como foi o local onde as contestações femininas mais encontraram eco nos periódicos da época.

Um dos argumentos mais recorrentes contra os direitos da mulher de votar e de ser votada era que a família, como instituição, corria o risco de ser desagregada se as mulheres participassem do jogo político. A mulher, ao obter esse direito estaria subvertendo uma suposta “ordem natural e universal dos sexos” ao intrometer-se no mundo público masculino, desorganizando a vida doméstica e maculando a imagem do *anjo do lar e mãe de família*. Peter Gay bem resume a situação em que, a maioria das mulheres, estava sujeita na época em questão ao afirmar:

Até o final do século XIX, quando as feministas conseguiram derrubar algumas das maciças muralhas dos privilégios legais masculinos, as mulheres foram frustradas em suas reivindicações de administrar suas propriedades, de testemunhar nos tribunais, ou controlar suas próprias contas bancárias. À parte algumas esparsas e heroicas exceções, não tinham acesso ao voto, à educação superior e às profissões liberais. Todos os passos no sentido da igualdade eram furiosamente contestados e só conseguiram abrir caminho, quando conseguiram, após várias derrotas (GAY, 2001, p. 303).

Bom destacar que este argumento é explorado no filme, uma vez que a personagem Maud acaba sendo privada do convívio com seu marido e do seu filho, por se “imiscuir” na luta sufragista.

A luta pelo sufrágio feminino uniu mulheres de várias classes sociais que, apesar de suas diferenças, reuniram-se para reivindicar o direito à cidadania política. Segundo Krista Cowman, historiadora, professora da *University of Lincoln* (UK) e consultora do filme, destaca: “enquanto a campanha durou as mulheres esqueceram as divisões de classe e trabalharam juntas para ganhar a sua cidadania” (COWMAN, 26.fev.2016, tradução nossa). A historiadora também aponta “a extraordinária diversidade de organizações - mais de 50 listadas pelo jornal *Votes for Women* [jornal publicado pelo WSPU] em 1914 - mostra como muitas mulheres de diferentes regiões, ocupações, religiões e grupos políticos queriam o voto” (COWMAN *apud* PANKHURST, 2018, posição 187-192, tradução nossa).

De fato, o que distingue o movimento sufragista, em todas as partes em que ocorreu, era que diversas mulheres de diferentes classes, raças, de graus de instrução e riqueza das mais diversas se uniram em torno do mesmo objetivo, pois apesar das suas diferenças todas eram iguais na exclusão. Apesar do movimento sufragista no Ocidente ter sido iniciado por mulheres brancas e bem-educadas, não excluía das suas fileiras nenhuma que queria participar e de qualquer classe social como bem é mostrado no enredo do filme, afinal o voto era visto como um meio para atingir outros fins e não como um fim em si mesmo.⁸

Embora se possa considerar a luta pelos direitos políticos femininos como uma reivindicação comum a todas as mulheres, não se pode negar que a mesma possuía diferentes sentidos para cada classe social. Afinal a opressão é sentida de forma diferente por uma mulher da classe burguesa e da classe trabalhadora. O espaço que cada mulher ocupa na sociedade é diferente o que faz com que existam diferentes graus de opressão. Enquanto a classe média e alta procurava garantir igualdade econômica e iguais oportunidades educacionais e de trabalho, as mulheres da classe trabalhadora lutavam contra a exploração de sua mão-de-obra. As mulheres de classe alta e média estavam mais empenhadas em retirar as restrições legais que as impediam de ter acesso a sua fortuna e as suas propriedades que ficavam nas mãos dos membros masculinos da família (pais ou maridos). Nesse sentido, destaco que tal perspectiva foi explorada pelo enredo do filme. A personagem fictícia Alice Haughton (interpretada por Romola Garai) é um exemplo de mulher da classe alta que é oprimida pelo marido que detém a posse e gerencia seus bens enquanto Alice se envolve de forma decisiva no movimento em prol do sufrágio feminino e não tem acesso direto aos seus próprios recursos financeiros. Outro exemplo que aqui pode ser evocado é o de Edith New, personagem interpretada por Helena Bonham Carter, que mostra uma mulher instruída que não pode seguir seu sonho de cursar medicina por questões sexistas. Essas questões são quase

⁸ Uma das críticas feitas ao filme, na época do seu lançamento, foi o mesmo não ter mulheres negras no seu elenco, contudo tal como aponta Maria Zina Abreu (2002), o movimento sufragista na Grã-Bretanha teve um começo diverso do perpetrados nos Estados Unidos da América, esse sim vinculado no seu início com o movimento abolicionista e, no qual, muitas mulheres negras participaram. Para mais dados sobre o movimento estadunidense e a exclusão das mulheres negras ver Angela Davis (2016).

sempre apresentadas pela historiografia do movimento feminista através de ondas⁹, sendo a primeira a que culminou na conquista do voto pelas mulheres. Tal como ressalta Helen Pankhurst a primeira onda

foi a fundadora – a chave – de todas as outras reformas e é associada ao período de tempo que vai do século XIX até a década de 1930. Essa onda viu mulheres descobrirem novos papéis para elas mesmas na esfera pública, abordando questões como o emprego e a remuneração, a educação, a prostituição, os direitos de propriedade no casamento, o controle da fertilidade, a sexualidade no casamento, o problema da violência doméstica e o direito ao divórcio (PANKHUSRT, 2018, posição 76-80, tradução nossa).

Joana Maria Pedro, ao abordar a questão, relata:

Nas narrativas do feminismo existe a noção de que essas ideias têm formado várias ondas. Na Primeira Onda (final do século XIX e início do XX), as mulheres reivindicavam direitos políticos, sociais e econômicos; na Segunda Onda (a partir da metade dos anos 1960), elas passaram a exigir direito ao corpo, ao prazer, e lutavam contra o patriarcado (PEDRO, 2011, p. 271).

No início do século XX, os argumentos propalados contra o voto feminino e contra a participação da mulher em qualquer outro assunto de ordem pública, eram de que o exercício do voto por parte das mulheres traria conflitos para os lares, desviando-as de suas funções “naturais”, ou de que a natureza feminina as tornaria incapazes de escolher racionalmente. E, bem expõem, os padrões científicos vigentes na época, que insistiam que existiam duas espécies: o homem, dotado de cérebro e razão; e a mulher, ser irracional e sentimental.

Assim, foi no espaço público que as diferenças entre os gêneros, masculino e feminino, mais podiam ser observadas. Até mesmo o uso do qualitativo público denota a diferença que se perpetuou no uso dessa palavra quando se referia a um homem e a uma mulher: enquanto o *homem público* era reconhecido como tendo um valor positivo para a sociedade, a mulher, por sua vez, era obrigada a se comportar de forma exemplar

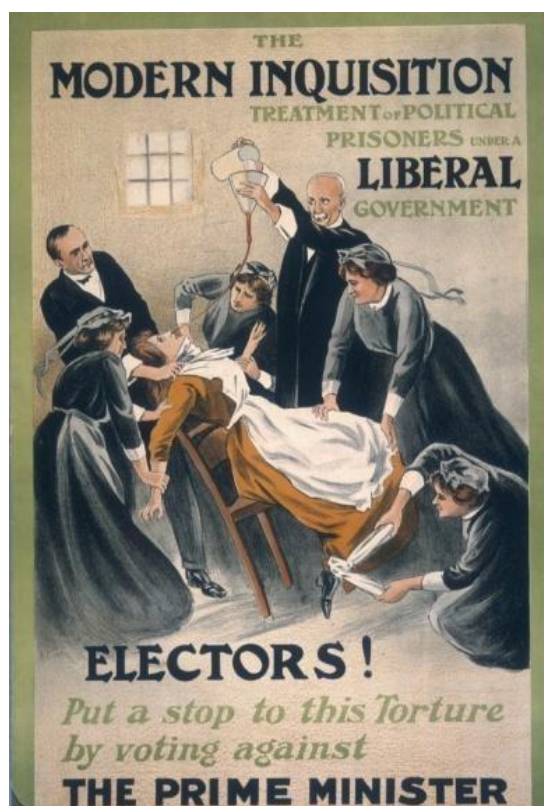
⁹ Tal viés explicativo que destaca as “ondas” do movimento feminista tem sofrido severas críticas nos últimos anos pela historiografia, mas continua sendo amplamente utilizada, motivo pelo qual as utilizamos no texto.

para não receber a alcunha de *mulher pública* e, portanto, sem valor, correndo o risco de ser ridicularizada e de ser mal vista pela sociedade, podendo até mesmo ser “excluída” do seu convívio (PERROT, 1998, p. 7-10). Vencer esse preconceito, para as mulheres, passou a ser primordial para se alcançar os objetivos de uma igualdade jurídica com os homens, e mote de muitas piadas e zombarias para desacreditar as mulheres que ousavam romper essa barreira.¹⁰

Como destaca Maria Zina Abreu: “ciente de que foi através de legislação parlamentar que os homens salvaguardaram os seus direitos e interesses, as sufragistas argumentavam que as vidas das mulheres não melhorariam até que os políticos tivessem de prestar contas a um eleitorado feminino” (ABREU, 2002, p.460). Como já destacado, algumas das táticas das associadas do WSPU para chamar a atenção do público e dos parlamentares para a sua causa, foram destacadas ao longo da trama do filme, e iam desde quebrar vidraças de lojas e casas, atear fogo a caixas de correio, acorrentarem-se a portões de prédios públicos, organizar passeatas e interromper discursos de políticos, até explodir prédios e igrejas vazias e cortar os fios de telégrafos, entre outras coisas. Ao tomarem tais atitudes muitas das militantes foram presas por perturbação da ordem pública e desrespeito as autoridades. Na prisão algumas fizeram greve de fome e, tal como mostra uma das cenas mais impactantes do filme, elas foram “alimentadas a força pelo governo, por meio de um tubo enfiado pela boca abaixo – processo bárbaro visto como tortura” (ABREU, 2002, p. 464). Tal estratégia utilizada pelo governo foi denunciada pelo WSPU por meio de cartazes e outras vias, tal como se pode observar na imagem 2. Tais denúncias acabaram surtindo efeito e, em 1913, o governo britânico sancionou uma lei denominada *The Cat and Mouse Act*, que permitia que as prisioneiras que ficassem doentes, devido à greve de fome, fossem libertadas provisoriamente para se restabelecer em sua casa, quando então retornariam para a prisão para cumprir o restante da pena.

¹⁰ Sobre a questão ver Rachel Soihet (2013) especialmente o capítulo intitulado “Zombaria como arma antifeminista: instrumento conservador entre libertários”.

Imagem 2: Cartaz denunciando a alimentação forçada



Fonte: <<http://www.historyextra.com/article/social-history/10-facts-about-suffragettes>>

Outro tema explorado no filme é que as mulheres presas durante as manifestações solicitavam que fossem tratadas como presas políticas e não como presas comuns, como muitas o foram na realidade. Tal como destaca Abreu:

eram [...] os políticos que maiores obstáculos punham às sufragistas: os Conservadores em geral defendiam a manutenção do *status quo*; os Liberais, embora acreditassem que as mulheres deveriam ter direito de voto, temiam que votassem na oposição, e, por isso, não obstante haver deputados liberais que apoiavam a campanha das sufragistas, muitos eram fortes opositores; já os Trabalhistas (partido fundado em 1892), embora a igualdade e o sufrágio universal constassem do seu programa partidário, alguns dos seus líderes não viam mérito na igualdade entre os sexos e, sobretudo, acreditavam que o direito de voto deveria ser prioritariamente assegurado ao sexo masculino (ABREU, 2002, p. 461).

De fato, foi com a recusa dos parlamentares em conceder o voto para as mulheres que ocorreu o incremento no uso da violência por parte das militantes da WSPU. A partir daí a campanha pelo direito ao voto feminino começou a ser, cada vez mais, levado a

sério pelos políticos e ganhar as manchetes dos jornais, repercutindo em outros países e influenciado muitas outras mulheres e associações em prol do sufrágio feminino pelo mundo afora, inclusive no Brasil.

A WSPU, como um grupo muito bem-organizado, tinha uma sede, dois jornais: *Votes for Women* (1907) e *The Suffragette* (1912), hino (“Marcha das Mulheres” cantado no filme em uma das cenas em frente do Parlamento) e apostavam também em uso de cores para que suas militantes fossem identificadas em público bem como a causa porque lutavam. As cores eram o branco, simbolizando a pureza, o verde, representado a fertilidade e a esperança no futuro e o violeta para destacar a dignidade da campanha e das suas reivindicações (ATKINSON, 2010, p. XVII e ABREU, 2002, p. 463). Segundo Diane Atkinson as suffragettes foram instruídas a usarem sempre estas cores que “deveriam ser a encarnação viva dos valores por trás desse esquema de cores incomum” (ATKINSON, 2010, p. XVII, tradução nossa). Uma das formas de utilizar tais cores nas vestimentas da época era através de faixas circundando o torso com as três cores em destaque ou ainda em bandeiras tal como pode ser conferida na imagem 3, que destaca uma das cenas do filme. Tal esquema de cores também foi adotado em toda uma linha de propaganda da causa da WSPU e vendidas para arrecadar fundos para a WSPU bem como em medalhas conferidas às militantes que faziam greve de fome na prisão, como na imagem 4. Segundo Marina Beneciuti “o famoso slogan sufragista *Votes for Women* (Votos para as Mulheres), usada diversas vezes por sufragistas de todo o mundo em cartazes, broches, faixas, etc, surgiu em 1905, época em que o Partido Conservador deixava o poder do Parlamento e o Partido Liberal buscava retornar” (BENECIUTI, 2016, p. 41).

Imagem 3: Cena do Filme “As Sufragistas”



Fonte: < <https://www.mirror.co.uk/news/uk-news/pankhurst-centre-keeps-suffragette-spirit-6641933/> >

Imagem 4: Hunger Strike Medal



Fonte: Museum of London. Collection Suffragettes Campaign 1903-1918:
< <https://collections.museumoflondon.org.uk/online/object/43337.html> >

Mulheres na política? Pra quê??

Podemos nos perguntar qual seria o perigo das mulheres participarem do mundo político naquele início do século XX? Por que ele gerou tantos protestos e censuras dos homens no poder, tal como retratado no filme?

Só o fato de questionar o poder masculino era visto como uma “verdadeira revolução”, porque estaria colocando em contestação a supremacia masculina, trazendo o caos e a desordem para a sociedade. A simples reivindicação fez com que os homens se sentissem ameaçados no seu domínio, pois, tal como indica Carole Pateman (1993) a sociedade patriarcal se sustentava nessa base, a dominação do homem sobre todos os outros membros da família. A própria definição da política moderna é baseada no “princípio macho”, pois o direito patriarcal seria o único capaz de gerar o direito político, sendo que contestá-lo seria contestar as próprias bases da legitimidade de poder. Assim imagens de mulheres tomando o lugar de homens eram vistas como ameaçadoras, pois também desafiavam distinções supostamente dadas por Deus e que deveriam ser eternamente válidas. Os feministas, homens e mulheres, pareciam desejar apagá-las, ou talvez eliminá-las de vez. São estas algumas das razões que levaram a tantos protestos contra o acesso das mulheres à propriedade, às profissões e ao voto.

A ideia de que a política não é assunto das mulheres, que aí elas não estão em seu lugar, permaneceu enraizada, até muito recentemente, nas opiniões dos dois sexos. Diz-se muito que as mulheres tendem a depreciar a política, a valorizar o social e o informal e que aos homens se devem deixar as coisas públicas e as tomadas de decisões.

O destaque da atuação das *suffragettes* como grupo organizado, apresentado em partes no filme, foi no sentido de agir como um importante grupo de pressão junto ao governo com vias a encaminhar lutas e movimentos contra a discriminação por razões de sexo e em favor de uma elevação do status da mulher na sociedade. Além de ter influenciado outros grupos a se formarem para lutarem por seus direitos, tais como nos Estados Unidos, como destaca Maria Zina Abreu, ao afirmar que a campanha em prol do sufrágio feminino naquele país, só se tornou militante

quando Alice Paul e Lucy Burns regressaram da Inglaterra [...] tornando-se membros da ‘NWSA – National Woman Suffrage Association’, ensinaram às sufragistas norte-americanas as táticas e estratégias de militância agressiva que aprenderam durante a sua estada em Inglaterra. As líderes das associações sufragistas norte-americanas, não obstante se regozijarem com o tremendo surto de interesse pelo sufrágio feminino que essa militância mais agressiva provocou, temias as suas consequências, insistindo na moderação. Em 1913, desiludidas com o

insucesso da campanha dirigida pela NWSA, Alice Paul e Lucy Burns decidiram fundar uma nova organização sufragista nacional, [...] adotando as táticas de militância agressiva praticadas pelas militantes da WSPU britânica. Só a partir de então é que o Congresso norte-americano passou a levar mais a sério a causa do sufrágio feminino (ABREU, 2002, p. 455).

No Brasil, por exemplo, tivemos a formação do Partido Republicano Feminino (PRF), fundado em 1910, sob a liderança de Leolinda de Figueiredo Daltro, que sofreu também influência das *suffragettes*. Além do voto as participantes de tal associação solicitavam a emancipação das brasileiras em termos gerais e de modo bem específico, advogavam que os cargos no serviço público deviam ser abertos a todos os brasileiros, independente do sexo. Na imagem 5 se pode observar o uso de faixas e estandartes pelas participantes do PRF quando apareciam em eventos públicos, tais como as *suffragettes*. As demandas da Leolinda e do PRF acabaram não recebendo uma boa acolhida da sociedade e da imprensa da época e ela acabou sendo conhecida como a representante de um feminismo considerado pernicioso/perigoso que deveria ser evitado, tendo até mesmo seu nome diretamente vinculado a da líder das *suffragettes*, por boa parte da imprensa nacional, como se pode observar no título de uma matéria publicada no jornal *A Noite* do Rio de Janeiro, em 1919, que a descreve como “A Mrs Pankhurst Brasileira”, como se percebe na imagem 6.

A conquista do voto feminino no Ocidente foi gradual e, até as vésperas da Primeira Guerra Mundial, tinha sido reconhecido somente em quatro países: a Nova Zelândia, em 1893, seguido pela Austrália, em 1902, a Finlândia, em 1907 e, em 1913, a Noruega (cf. SANTOS, 2002). Eric Hobsbawm informa que, em 1914, “apesar de as aparências indicarem o contrário, as mulheres estavam à beira de uma vitória maciça na longa luta por direitos de cidadania, simbolizada pelo voto” (HOBBSAWM, 2003, p. 304). No que ele está correto, pois, se antes de eclodir a Primeira Guerra o voto feminino era admitido em apenas quatro países, com o término da guerra em 11 de novembro de 1918, o voto foi concedido para as mulheres no Reino Unido*, na Alemanha, no Canadá*, na Estônia, na Irlanda*, no Quirguistão, na Letônia e na Polônia (MIGUEL, 2000, p. 25). A partir de então o ritmo da conquista não mais cedeu e, aos poucos, as mulheres foram

adquirindo o direito de participar de forma ativa do mundo político em quase todo o Ocidente.¹¹

Imagem 5: Passeata do PRF, pelas ruas do Rio de Janeiro, em 1911.



Fonte: *Revista da Semana*, Rio de Janeiro, 30.set.1911, p.10.

Imagem 6: Alea Jacta Est!



FONTE: *A Noite*, Rio de Janeiro, 24.set.1919, p.1.

Considerações Finais

¹¹ Os países identificados com asterisco foram os que concederam o voto para as mulheres com algum tipo de restrição.

O movimento feminista surgiu como uma resposta a exclusão das mulheres da política. Para as feministas a extensão do direito ao voto às mulheres foi motivo de celebração, mas não pôs um fim ao status que sempre as caracterizaram e que teria motivado Simone de Beauvoir (em 1949) a engendrar a qualificação de “segundo sexo” para descrever as mulheres. O objetivo das feministas era a luta contra a discriminação das mulheres e pela garantia de direitos, inclusive do direito ao voto, mas não restrito a ele. Inscreve-se nesta primeira fase a denúncia da opressão a que a mulher era submetida.

A cidadania implicava a promessa, e não a realização imediata, da individualidade, abrindo caminho para uma participação política maior da mulher. O voto fez com que as mulheres se tornassem indivíduos políticos, com seus direitos políticos assegurados, as mulheres puderam levar suas demandas para a arena legislativa, apontando a contradição entre a promessa de igualdade e sua realização (SCOTT, 2002).

Filmes como “As Sufragistas” ajudam a despertar o interesse do público para o movimento em prol do sufrágio feminino. Uma escolha acertada da diretora do filme foi centrar a ação da história, na conscientização e na atuação de uma mulher da classe trabalhadora nesse movimento. Este é um foco muito pouco explorado pela historiografia e destaca bem a vulnerabilidade a que todas as mulheres estavam expostas gerando empatia com o público. A imagem mais comum sobre a mulher que se envolvia no movimento sufragista no Reino Unido, antes do lançamento desse filme, pelo menos no Brasil, era a retratada no filme *Mary Poppins* (1964), a de uma mulher de classe elevada, que se envolve na questão mais como um *hobby* e que por isso negligenciava suas “tarefas do lar”, o cuidado dos filhos e da casa. Ou ainda a figura de uma mulher raivosa, feia, solteirona que, por não ter casado, não tinha mais nada para fazer além de odiar os homens. E foi essa imagem que ficou do movimento. O filme veio em boa hora para desmitificar um pouco tais imagens e suscitar novos debates sobre o tema e nos proporcionou essa breve exposição.

Referências

ABREU, Maria Zina Gonçalves de. Luta das Mulheres pelo Direito de Voto. Movimentos sufragistas na Grã-Bretanha e nos Estados Unidos. Arquipélago – Revista da Universidade dos Açores. Ponto Delgada. 2ª série, VI, p.443-469, 2002

ATKISON, Diane. The Suffragettes in Pictures. Stroud (GB): The History Press, Museum of London, 2010.

BARROS, José D'Assunção. Cinema e história – Considerações sobre os usos historiográficos das fontes fílmicas. Comunicação & Sociedade, Revista do programa de pós-graduação em Comunicação Social, Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, n. 32, p.175-202, jan./jun.2011.

BENECIUTI, Marina Kool Artioli. Sufrágio Universal: movimento sufragista britânico (1903-1918). Trabalho de Conclusão de Curso. 75 f. Graduação em História. Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 2016.

BORELLI, Andrea. Uma cidadã relativa: as mulheres, as questões de gênero e o direito brasileiro. 1830-1950. São Paulo: DC&C Empresarial, 2010.

COWMAN, Krista. Working-class heroines. Standard Issue, 26.fev.2016. Disponível em: <<http://standardissuemagazine.com/arts/working-class-heroines/>>.

DAVIS, Angela. Mulheres, Raça e Classe. São Paulo: Boitempo, 2016.

DUBOIS, Ellen Carol. Woman suffrage and women's rights. New York: New York University Press, 1998.

GAVRON, Sarah. Entrevista concedida à BUST para Madeline Raynor. Original em inglês. Disponível em < <http://bust.com/movies/14895-suffragette-director-sarah-gavron-talks-feminism-race-meryl-streep-bust-interview.html>>.

GAY, Peter. A Experiência Burguesa da Rainha Vitória a Freud: o cultivo do ódio. São Paulo: Cia das Letras, 2001.

HOBBSAWM, Eric. A Era dos Impérios. 1875-1914. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.

HOBBSAWM, Eric; RANGER, Terence. A invenção das tradições. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

KARAWAJCZYK, Mônica. Verbete Sufragismo/Sufragetes. In: COLLING, Ana Maria; TEDESCHI, Losandro Antonio. Dicionário Crítico de Gênero. Dourados, MS: Ed. UFGD, 2015.

KORNIS, Mônica Almeida. Cinema e História: um debate metodológico. Estudos Históricos. Rio de Janeiro, vol.5, n.10, p.237-250, 1992.

MAIA, Cláudia. A Invenção da Solteirona: conjugalidade moderna e terror moral. Minas Gerais (1890-1948). Ilha de Santa Catarina: Ed. Mulheres, 2011.

MARQUES, Teresa Cristina de Novaes; MELO, Hildete Pereira de. Os direitos civis das mulheres casadas no Brasil, 1916 a 1962. Ou, como são feitas as leis. Revista Estudos Feministas (UFSC. Impresso), v. 16, p. 463-488, 2008.

MIGUEL, Luís Felipe. O Feminismo e a Política. IN: MIGUEL, Luís Felipe; BIROLI, Flávia. Feminismo e política: uma introdução. São Paulo: Boitempo Editorial, 2014.

MIGUEL, Sônia Malheiros. A política de cotas por sexo: Um estudo das primeiras experiências no Legislativo brasileiro. Brasília: CFEMEA, 2000.

PANKHURST, Helen. Deeds not Words. The story of women's rights. Then and Now. London: Holder & Stough LTd., 2018. E-book.

PATEMAN, Carole. O Contrato Sexual. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

PEDRO, Joana Maria. Relações de gênero como categoria transversal na historiografia contemporânea. Topoi, v. 12, n. 22, p. 270-283, jan./ jun. 2011.

PERROT, Michelle. Mulheres Públicas. São Paulo: Ed. UNESP, 1998.

PUGH, Martin. The March of the Women. A revisionista analysis of the campaign for Women's Suffrage, 1866-1914. New York: Oxford University Press, 2000.

RAGO, Elisabeth Juliska. Outras Falas: feminismo e medicina na Bahia (1836-1931). São Paulo: Annablume; Fapesp, 2007.

SANTOS, Wanderley G. dos. Votos e Partidos: Almanaque de Dados Eleitorais. Brasil e outros países. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

SCOTT, Joan W. A Cidadã Paradoxal – as feministas francesas e os direitos dos homens. Florianópolis, Ed. Mulheres, 2002.

SOIHET, Rachel. A pedagogia da conquista do espaço público pelas mulheres e a militância feminista de Bertha Lutz. Revista Brasileira de Educação. Rio de Janeiro, nº 15, set.out.nov.dez. 2000.

SOIHET, Rachel. Feminismos e antifeminismos: mulheres e suas lutas pela conquista da cidadania plena. Rio de Janeiro: 7Letras, 2013.

STANSELL, Christine. The feminist promise: 1792 to the present. New York: Modern Library, 2010.

VERJUS, Anne. Voto familiarista e voto familiar. Contribuição para o estudo do processo de individualização das mulheres na primeira metade do século XIX. In: CANEDO,

Letícia Bicalho (Org.). O Sufrágio universal e a invenção democrática. São Paulo: Estação Liberdade, 2005.

Recebido em maio de 2023

Aceito em junho de 2023